

História sem fim

Depois de o presidente do Banco Central ter anunciado que com o Plano Collor 2 os entendimentos com os bancos estrangeiros seriam suspensos — por ordem expressa do presidente Fernando Collor —, o Brasil voltou à mesa de negociação com novas propostas que chegam a lembrar infundáveis e bulhentas transações num caravancará do Norte da África. O que se tenta saber é se o Brasil, nessas barganhas com os bancos, está ganhando algo ou, ao contrário, se condena a perder as possíveis vantagens de um retorno a um bom relacionamento com a comunidade financeira internacional.

O presidente da República, depois de sua viagem ao Japão, percebeu claramente que a posição intransigente do Brasil diante dos bancos credores estava levando a um impasse e, ao pretender demais, poderíamos perder tudo. Não parece ser esse o entendimento dos nossos negociadores profissionais, que transformaram o problema da dívida externa numa questão de honra em que os interesses do Brasil passam a segundo plano.

O País, depois de meses de inúteis discussões em que nada ofereceu, decidiu num primeiro tempo desembolsar US\$ 1,2 bilhão para amortizar os US\$ 8 bilhões atrasados. Agora, propõe US\$ 1,5 bilhão, sabendo que os ban-

cos credores não cederão por menos de US\$ 2 bilhões, o que as confortáveis reservas que utilizamos para impedir a dolarização da economia nos permitem pagar sem dificuldades, especialmente numa fase em que aceitamos uma taxa cambial mais realista, que deve fomentar as exportações.

Por que perder tanto tempo quando se conhecem as exigências mínimas da outra parte, que possui aliás capacidade de resistência? Defrontamo-nos no entanto com uma data importante que deverá influenciar a renegociação: em março finda o acordo que obriga os bancos a manter as suas linhas de crédito. Apesar da convicção oficial brasileira de que as instituições financeiras têm auferido grandes lucros com tais operações, pode-se prever com segurança que os bancos estão decididos a recorrer a esse instrumento de pressão, suspendendo pelo menos provisoriamente algumas dessas linhas de crédito, o que trará dificuldades ao nosso comércio exterior.

O mais absurdo, porém, nessa situação, é que estamos perdendo, há mais de seis meses, oportunidade de receber de outros organismos (FMI, Banco Mundial, BID, governo japonês, Clube de Paris) a ajuda de que tanto necessitamos para livrar a economia brasileira do marasmo em que se encontra.

ESTADO DE SÃO PAULO

14 FEV 1991